



Carlos Pinheiro

## Divórcios anunciados e casamentos por conveniência

Na política, tal como na vida, há relações que começam com entusiasmo, atravessam fases de adaptação e acabam, muitas vezes, a discutir quem fica com a mobília. Nos Açores, a mais recente declaração de José Manuel Bolieiro veio reacender um debate que, na verdade, nunca chegou a adormecer.

O Presidente do Governo Regional afirmou que a atual coligação entre PSD, CDS-PP e PPM não continuará para além de 2028. E, de repente, instalou-se uma espécie de urticária coletiva no panorama político regional, como se tivesse sido anunciada uma rutura inesperada, uma traição de última hora ou um pedido de divórcio em plena lua de mel.

Convém, no entanto, trazer alguma serenidade ao debate. O acordo inicial entre os três partidos sempre previu o ano de 2028 como ponto final. Não há aqui novidade nenhuma. Não houve traição, nem mudança de regras a meio do jogo. Houve apenas alguém a ler em voz alta aquilo que já estava escrito.

Ainda assim, a reação foi tudo menos tranquila. E, curiosamente, parece ter sido no seio do CDS-PP que a comichão foi mais intensa. O que, diga-se, causa alguma perplexidade. Sobretudo quando olhamos para o último ano e meio e percebemos que só os mais distraídos não repararam que muita coisa já estava a ser feita a pensar no pós-2028.

Mudanças de deputados na Assembleia Legislativa dos Açores, nomeações estratégicas, reposicionamento na comunicação e até uma presença cada vez mais afinada nas redes sociais e na imprensa. Tudo sinais claros de quem já estava a preparar o próximo capítulo, ainda antes de terminar o atual. É caso para recordar o velho ditado. O maior cego é aquele que não quer ver.

Mas deixemos a espuma dos dias e olhemos para o futuro. Antes de mais, importa perceber se esta legislatura chegará sequer a 2028. Posso

estar enganado, mas a sensação que se respira nos bastidores é outra. Há uma espécie de expectativa silenciosa em torno do próximo orçamento para 2027. Novembro poderá ser mais do que um mês de discussão orçamental. Poderá ser o momento ideal para muitos partidos, e quando se diz muitos é mesmo todos, tentarem provocar a queda do Governo.

E depois? A questão seguinte é quase inevitável. Haverá estabilidade? A resposta mais honesta é, provavelmente, não. Não se vislumbra, no curto prazo, um cenário em que um partido consiga, sozinho, uma votação suficientemente robusta para governar com conforto.

E é aqui que entra a metáfora que melhor descreve o momento político. Caminhamos para um divórcio. E, logo a seguir, para um novo casamento. Pode ser entre os mesmos protagonistas, numa espécie de reconciliação madura. Pode ser com novos intervenientes, num arranjo mais improvável. Pode até ser daqueles casamentos feitos mais por necessidade do que por paixão.

Mas há uma lição que não deve ser ignorada. Quando há um divórcio, raramente é por acaso. Há desgaste, há falhas, há expectativas que não foram cumpridas. É natural. Acontece nas relações pessoais e acontece, inevitavelmente, na política.

O problema não está no fim de um ciclo. Está na incapacidade de aprender com ele. Tal como nos casamentos, os erros podem acontecer. O que não podem é repetir-se como se nada tivesse sido aprendido.

Seja qual for o desfecho, e os cenários são muitos, incluindo uma eventual mudança de poder, há um conselho simples que se impõe. Que os partidos tomem notas. Que olhem para trás com honestidade. E que tentem, pelo menos, não cometer os mesmos erros.

Porque os cidadãos podem parecer distraídos, desinteressados ou até distantes. Mas há uma coisa que não são. Parvos.

## Fundo Monetário Internacional alerta para risco orçamental com apoios à energia na União Europeia

Os governos europeus estão a falar na focalização das medidas de apoio, com cerca de dois terços dos subsídios e cortes fiscais a serem generalizados, de acordo com uma análise do Fundo Monetário Internacional (FMI) citada pelo *Financial Times*. Alfred Kammer, diretor do departamento europeu do FMI, afirmou que estas políticas são difíceis de reverter e podem gerar encargos permanentes, noticia o ECO.

Kammer alertou que vários países não estão a usar de forma prudente o espaço orçamental, num contexto em que os custos de financiamento já subiram em algumas economias

da Zona Euro. Países com finanças públicas mais frágeis podem enfrentar reações adversas dos mercados se avançarem com medidas sem compensação orçamental.

Segundo o *Financial Times*, países como Alemanha, Espanha e Itália já anunciaram cortes fiscais ou reduções de impostos sobre combustíveis e energia. Embora o impacto actual seja estimado em 0,18% do PIB, o FMI admite que este valor pode aumentar se a crise energética persistir.

O Fundo alertou ainda que medidas como tectos de preços ou reduções fiscais distorcem os sinais de



mercado, mantendo a procura elevada e reduzindo o incentivo à transi-

ção para fontes alternativas, como as energias renováveis.

## Donald Trump admite retirar mais tropas dos EUA da Alemanha

O Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, admitiu que a retirada de militares norte-americanos da Alemanha será superior aos 5.000 anunciados pelo Pentágono, segundo o *Politico*, sinalizando um agravamento da tensão com aliados europeus e um possível reposicionamento estratégico

no continente, noticia o ECO.

De acordo com o *Politico*, Trump afirmou que os cortes serão "muito maiores" do que o inicialmente previsto, apesar de o plano oficial apontar para a saída de 5.000 tropas ao longo do próximo ano, mantendo ainda cerca de 33.000 militares no país. A

decisão surge após uma revisão da presença militar dos EUA e está a gerar críticas no Congresso, com líderes republicanos a alertarem para riscos estratégicos e para a necessidade de um processo mais ponderado.

O movimento é interpretado como pressão adicional sobre os aliados

europeus para aumentarem o investimento em defesa, num contexto de divergências políticas sobre o conflito com o Irão. A NATO indicou estar a avaliar o impacto da decisão, enquanto responsáveis europeus sublinham que a redução reforça a urgência de maior autonomia militar na Europa.